



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001444-46.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **Luciano José Rodrigues**
 Requerido: **Instituto Nacional de Seguridade Social**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Luciano José Rodrigues, qualificado nos autos, intentou ação para concessão de auxílio doença em face do INSS. Aduziu que trabalhando para SPIN Incorporadora Ltda, sofreu acidente de trabalho que o incapacitou, fazendo jus ao pagamento nos moldes do art. 86, da Lei nº 8.213/91.

Em contestação a autarquia afirmou que o benefício de auxílio doença cessou em 02/12/2015 em virtude da recuperação de sua capacidade laborativa, não fazendo jus, portanto, a qualquer benefício, até porque voltou a trabalhar.

Laudo pericial às fls. 53/57.

Manifestação do autor às fls. 61/64.

A autarquia permaneceu inerte (fl. 73).

É o relatório.

Decido.

O pedido do autor está lastreado no artigo 86, da Lei nº 8.213/91,

verbis:

"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia."

Ainda, anoto que o benefício é isento de carência, nos moldes do artigo 26, I e II, da Lei nº 8.213/91, sendo desnecessárias elocubrações a respeito dessa

1001444-46.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

condição quanto ao autor.

Em relação ao requisitos para o recebimento, no laudo pericial consta que o autor sofreu acidente de trabalho em 01/09/2015, tendo amputado o polegar esquerdo com uma *maquita*, o que se observa inclusive fotograficamente à fl. 56. Foi reconhecido o nexo de causalidade entre o trabalho e a lesão, e no tocante às sequelas, anotou o perito (fl. 56):

"Não causa incapacidade para sua função habitual. Contudo, é necessário maior esforço, de forma definitiva, pois como pedreiro suas atividades requerem destreza bimanual. (...) Há redução definitiva da capacidade laborativa."

Há portanto, a incapacidade exigida por lei, sendo o que basta. O benefício será concedido na ordem de 50%, nos termos do artigo 86, § 1º, da Lei nº 8.213/91, sendo devido, na espécie, desde a cessação do auxílio doença em 02/12/2015.

Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **julgo PROCEDENTE** o pedido inicial e o faço para condenar o réu a pagar ao autor auxílio-acidente de 50% desde a cessação do último benefício (20/10/2015), além do abono anual, acrescendo-se os seguintes encargos: - correção monetária, que incide sobre as prestações em atraso, desde as respectivas competências, conforme variação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional 62, e do art. 1º-F da Lei 9.494, de 10 de setembro de 1997, com a redação dada Lei 11.960, de 29 de junho de 2009. - juros de mora contados a partir da citação, para as parcelas àquela altura vencidas, e desde o momento dos respectivos vencimentos, para as parcelas supervenientes, à taxa de 0,5% ao mês até abril de 2012, com capitalização simples, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494, de 10 de setembro de 1997, com a redação dada pela Lei 11.960, de 29 de junho de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

2009, combinado com a Lei 8.177, de 1º de março de 1991. A partir de maio de 2012, contudo, os juros de mora devem ter a mesma taxa dos juros incidentes sobre a caderneta de poupança, capitalizados de forma simples, da seguinte maneira: (i) 0,5% ao mês, caso a taxa SELIC ao ano seja superior a 8,5%; (ii) 70% da taxa SELIC ao ano, mensalizada, nos demais casos, conforme art. 1º-F da Lei 9.494, de 10 de setembro de 1997, com a redação dada pela Lei 11.960, de 29 de junho de 2009, combinado com a Lei 8.177, de 1º de março de 1991, com alterações da Medida Provisória 567, de 3 de maio de 2012, convertida na Lei 12.703, de 7 de agosto de 2012.

O réu pagará as despesas processuais e os honorários de advogado, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, excluindo-se as parcelas vincendas (Súmula 111, do STJ) e incidindo sobre as vencidas até a data da sentença.

Recurso de ofício (artigo 496, inciso I, do NCPC).

Oportunamente, archive-se

PIC

São Carlos, 30 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**